

1996.



A

CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM.

REF.: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 259/1996

RECURSO ADMINISTRATIVO

INDÚSTRIA DE FARINHAS BARBACENA LTDA., sociedade empresária limitada já baixada na Receita Federal do Brasil, com sede na Rodovia BR 265, s/nº, na cidade de Barbacena, MG, inscrita no CNPJ sob o nº 71.334.676/0001-60, neste ato representada pelo advogado que esta subscreve, vem respeitosamente perante a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face do Auto de Infração nº 259/1996, com base nos pressupostos de fato e direito a seguir articulados:

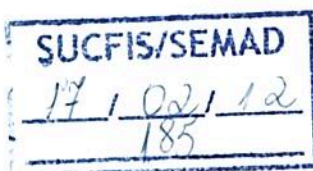
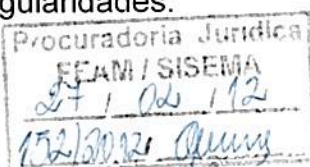
1. DA TEMPESTIVIDADE

De plano necessário destacar que o presente recurso administrativo é tempestivo, uma vez que protocolizado **antes do término do prazo para sua apresentação**.

Portanto, deve ser efetivamente recebido, conhecido e provido integralmente.

2. SÍNTESE DA AUTUAÇÃO

A Recorrente foi autuada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM -, na data de 20/09/1996, sob a alegação de ter constatado as seguintes irregularidades:



[Handwritten signature]

Assinatura e número do SIPRO

00024246 1561 2012



SIGED

- “ - dar início ou prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação;
- lançar efluentes gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas.”

Referido auto de infração foi fundamentado no item 1 §3º, item 4 §2º do art. 19 do Decreto nº 21.228 de 10.03.1981, com nova redação dada pelo Decreto nº 32.566, de 04/03/1991.

Malgrado ter a Recorrente providenciado todas as licenças juntamente com o município de Barbacena, MG, para o seu regular funcionamento e a implantação de novos equipamentos providos de sistema de controle de emissões gasosas e líquidas, ainda sim, persiste o auto de infração em tela, com uma multa no valor atual de R\$ 11.171,14 (onze mil cento e setenta e um reais e quatorze centavos).

Estreme de dúvidas, **o auto de infração em tela deve ser anulado.**

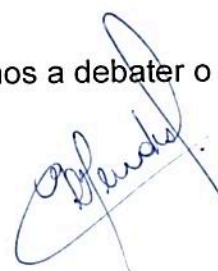
3. DA PRESCRIÇÃO

O prazo para a cobrança da multa aplicada em virtude de infração administrativa ao meio ambiente é de cinco anos, nos termos do Decreto n.º 20.910/32, aplicável por isonomia por falta de regra específica para regular esse prazo prescricional.

No caso em tela, a suposta infração foi aplicada em 20/09/1996, ou seja há 15 anos, já tendo se tornado o crédito totalmente prescrito, de acordo com a lei.

Como a lei estabelece o prazo de 05 (cinco) anos para a cobrança de crédito, decorrente de auto de infração, indubitável a aplicação do instituto da prestação no presente caso.

Ultrapassada a preliminar de prescrição, passamos a debater o mérito.





4. DO MÉRITO

A Recorrente foi autuada na data de 20/09/1996, por ter sido constatado as irregularidades descritas no auto de infração.

Em que pese ter a Recorrente apresentado defesa e pedido de reconsideração ao órgão julgador, este por sua vez, manteve a decisão, no sentido de aplicar a penalidade.

Contudo, resta dispor que a Autuada não mais exerce a sua atividade desde 30/04/1999, quando então solicitou a baixa de inscrição no CNPJ, conforme certidão de baixa, não tendo, de outro lado, meios para efetuar o pagamento.

Desta sorte, requer o cancelamento do auto de infração em tela, pelos motivos acima narrados.

5. DOS PEDIDOS

Desta sorte, ante toda a matéria exposta, requer o recebimento, conhecimento e, no mérito, a procedência total do presente pedido para tornar nulo o auto de infração nº 259/1996.

Termos pelos quais pede deferimento.

Barbacena, MG, 07 de fevereiro de 2012.

Elton Couto Ribeiro Mendes
ELTON COUTO RIBEIRO MENDES

Advogado – OAB/MG 109.382